

CENTRO DE FORMAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO- FNE

Área de formação DGERT 380- Direito; DGAE/01-93/16; validade 4/7/2016 a 4/7/2019		Nº de registo
Ação: Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas outubro, 7 e 14 de novembro 2016		Datas: 25 de
Enquadramento	A entrada em vigor da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei 35/2014) justifica a realização de formação que permita aos formandos compreender corretamente este novo enquadramento legal aos recursos humanos da Administração Pública, na medida em que a aplicação deste regime jurídico apresenta novas exigências que decorrem não só da necessidade de articulação com outros diplomas legais, tais como o Código do Trabalho e os instrumentos de regulamentação coletiva, mas também pela introdução de novos conceitos jurídicos	
Objetivos gerais	No final do curso os formandos deverão ser capazes de conhecer e compreender corretamente este novo enquadramento geral de trabalho em funções públicas	
Objetivos específicos	No final da ação de formação os formandos deverão ser capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o regime legal aplicável aos trabalhadores em funções públicas. • Identificar a lei que regulamenta o vínculo de trabalho em funções públicas - Lei 35/2014, de 20 de junho. • Identificar as diversas modalidades de vínculo e prestação de trabalho para o exercício de funções públicas. • Identificar o vínculo de emprego público: direitos, deveres e garantias do trabalhador e empregador público. • Identificar a atividade, o local de trabalho e carreiras de acordo com base legal • Enumerar as diferenças entre as diversas modalidades de tempo de trabalho e de tempos de não trabalho. • Reconhecer, entre diversos regimes, quais os regimes que são aplicáveis aos trabalhadores em funções públicas. 	
Destinatários	Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais	
Formadora	Paula Carina Silva	
Requisitos para frequentar a formação	Não existem requisitos para frequentar a formação	
Modalidade	Outras ações de formação contínua (artigo 9º, 6 b) da Portaria 396/2007 de 31 de dezembro	
Tipo de ação	Presencial	
Conteúdos programáticos	1.Modalidades de vínculo e prestação de trabalho para o exercício de funções públicas (1hT) 2.Formação do vínculo (1hT) 2.1. Recrutamento (1hT) 2.2. Forma, Período Experimental e Invalidades (1hT) 3. Modalidades especiais de vínculo de emprego público (1hT) 4. Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público (1hTP) 5. Atividade, local de trabalho e carreiras (1hT) 6. Tempo de trabalho (5h; 2T+ 3P) 6.1. Regimes de duração 6.2. Modalidades de horário 6.3. Isenção de horário 6.4. Trabalho Suplementar 7. Tempos de Não Trabalho (6h; 3T+ 3P) 7.1. Férias 7.2. Faltas 7.3. Licenças Avaliação da ação (3h)	
Carga horária	21 horas - Horário laboral	
Metodologia da formação	Serão utilizados os métodos: demonstrativo, expositivo, ativo	

Critérios metodologia avaliação	e de	Avaliação quantitativa (0-20 valores) Participação (avaliação contínua) - 20% Assiduidade-10% Teste escrito-70%
Certificação		Certificado de frequência contínua
Recursos pedagógicos		Manual, computador, projetor multimédia
Espaços equipamentos	e	Sala de formação da sede do STAAE- ZN

A Gestora do Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação - FNE
Lúcia C. Miranda

Ficha da ação de formação